



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ADELSON ANGELO DE ANDRADE

**LIVRO DIDÁTICO E A QUESTÃO AGRÁRIA: ANÁLISE DAS
COLEÇÕES EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS E TELÁRIS**

**MACEIÓ/AL
2023**

ADELSON ANGELO DE ANDRADE

**LIVRO DIDÁTICO E A QUESTÃO AGRÁRIA: ANÁLISE DAS
COLEÇÕES EXPEDIÇÕES GEOGRÁFICAS E TELÁRIS**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao do
Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade
Federal de Alagoas.

Orientador(a): Prof. Geraldo Inácio
Martins

**MACEIÓ/AL
2023**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4 - 661

- A554l Andrade, Adelson Angelo de.
Livro didático e a questão agrária: análise das coleções expedições geográficas eteláris / Adelson Angelo de Andrade. – 2023.
36 f. : il. : color.
- Orientador: Geraldo Inácio Martins.
Monografia (Trabalho de conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura – EAD) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2023.
- Bibliografia: f. 34-36.
1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Livro didático. 3. Questões agrárias.
I. Título.

CDU: 911.3

ADELSON ANGELO DE ANDRADE

Folha de Aprovação

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 13/09/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Geraldo Inácio Martins

Orientador (a)

Profa. Dra. Gilcileide Rodrigues da Silva

Examinador (a) 1

Prof. Me. Manoel Nascimento de Oliveira Neto

Examinador (a) 2

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como os livros didáticos, no contexto da educação brasileira, tratam elementos relativos às questões agrárias desde o prisma didático e pedagógico. Pretende-se verificar como essa abordagem influencia a prática de ensino de Geografia e contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes em relação às questões agrárias. Para alcançar esses objetivos, foram selecionadas duas coleções de livros didáticos destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental: “Expedições Geográficas” e “Teláris Geografia”. A pesquisa prioriza os seguintes pontos: (i) Analisar como a questão agrária é abordada nas coleções “Expedições Geográficas” e “Teláris Geografia”; (ii) Discutir as abordagens teóricas e os temas utilizados nos livros didáticos para tratar da questão agrária; (iii) Investigar se os conteúdos relacionados à questão agrária contribuem para estimular a crítica ou proporcionar uma compreensão mais abrangente sobre a Reforma Agrária no Brasil e outros problemas rurais. A pesquisa aqui desenvolvida apresenta em sua conclusão evidências que corroboram o fato e a afirmação de que os livros didáticos analisados carecem de uma abordagem mais aprofundada das questões relacionadas ao setor agrário. Por conseguinte, eles não têm cumprido adequadamente o papel que lhes cabe de promover, junto à sua administração com o discente, a construção de um pensamento crítico e uma visão abrangente do universo agrário entre os estudantes.

Palavras-Chave: Livro didático. Questões agrárias. Ensino. Geografia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. ANÁLISE ESTRUTURAL	09
2.1 Estrutura e teórico-metodológica	09
2.2 ATIVIDADES – a consolidação da proposta teórica.....	23
2.3 A questão agrária e o livro didático.....	28
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
4. REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a questão agrária a partir de duas coleções de livros didáticos de Geografia destinados ao Ensino Fundamental: Geografia: "Expedições Geográficas", Editora Moderna, 2018; e a coleção "Teláris Geografia" da Editora Ática, 2018 - ambas aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2020-2023. A pesquisa se concentra na análise de como essas coleções abordam a questão agrária e se elas contribuem para a construção do conhecimento e do senso crítico dos alunos sobre as questões agrárias e rurais.

Pretende-se, ainda: (i) analisar o tema da questão agrária e a forma como é abordada nas coleções "Expedições Geográficas" e "Teláris Geografia"; (ii) discutir os temas e abordagens teóricas a partir dos quais os livros didáticos desenvolvem o tema da questão agrária; (iii) investigar se os conteúdos relativos à questão agrária cumprem seu papel em reforçar a crítica ou subsidiar uma compreensão mais ampla relativa à Reforma Agrária brasileira e a outros problemas no campo brasileiro.

As coleções utilizadas são voltadas ao Ensino Fundamental II, das unidades escolares que integram a rede pública de ensino. A defesa aqui adotada é de que a BNCC – Base Nacional Curricular Comum veio para aprimorar o trabalho didático-pedagógico, sobretudo, porque direcionada às habilidades e competências dos educandos, focada numa aprendizagem realmente efetiva e interventiva no meio e na sociedade no qual se inserem os discentes. Com isso, um dos critérios de análise foi observar como as coleções de livros adequam-se as propostas teóricas-metodológicas da BNCC.

Analisar tais coleções ajuda-nos a entender melhor o próprio livro didático, a forma como ele é construído, mas ajuda também a criar metodologias para ultrapassá-los e ressignificá-los em sala de aula. O tema da Reforma Agrária é um tabu na sociedade brasileira, compreendido erroneamente, utilizado como mote político por forças conservadoras, escamoteado pelas políticas públicas. Evidentemente, tais questões, tais jogos ideológicos podem chegar ou não às escolas pelo livro didático. O livro pode contribuir para a construção do conhecimento e ampliação do senso crítico dos discentes quando se refere aos temas ligados ao universo agrário que os cercará tão perto, seja qual for a área em que venham a atuar na sua carreira profissional futura.

A intenção da pesquisa é responder algumas questões: como a questão agrária é tratada nos livros didáticos? Há alguma distorção ou silenciamento em relação ao tema? A abordagem adotada fortalece o conhecimento geográfico destinado a compreender as dinâmicas agrárias e

suas contradições? Todos os esforços da pesquisa foram para responder a essas questões, já que com elas podemos, ao mesmo tempo, avaliar o livro didático e sua aderência à BNCC e também entender como os temas do rural/agrário chegam à sala de aula.

Ao propormos o desenvolvimento e a realização da presente pesquisa, adotamos como eixo de análise as questões elaboradas por Soares e Lobato (2021), que declara a importância do ensino da Geografia nos anos iniciais da Educação Básica:

O papel de ensinar Geografia, em especial nos anos iniciais, é fundamental na formação crítica do aluno que adentra o espaço escolar já com informações que são resultados das suas experiências sociais e culturais do seu cotidiano, para tanto, mostrar as especificidades da Geografia junto ao processo de letramento geográfico e alfabetização cartográfica permitirá ao alunado maior compreensão entre os conceitos e sua escala local (SOARES; LOBATO, 2021, p.7).

Os autores se referem aos estudos desenvolvidos por Vygotski (1994), cujas conclusões apontam para o fato de que quanto mais estímulos a criança recebe para compreender os conteúdos a partir do meio ambiente em que vive, mais proveitosa será a aprendizagem. Em outras palavras, esse processo ocorrerá de forma mais objetiva quando o trabalho em sala de aula estabelece um vínculo direto com a realidade da criança.

Os autores compartilham com Callai (2003, p.78) o destaque de que “ao permitir e criar condições [...] [para que o aluno] trabalhe com sua realidade próxima, o aluno estará conhecendo, de modo mais sistemático, o lugar em que vive e construindo os conceitos necessários tanto para aprendizagens futuras como para a sua vida”.

A justificativa para a escolha dos livros didáticos dos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, livros do sexto ao nono ano, refere-se, antes de qualquer coisa, à necessidade da alfabetização espacial desde os primeiros anos escolares. O ensino de geografia deve pautar-se em formar na criança a capacidade de apreender e analisar a estrutura do mundo, fornecendo conceitos, meios e caminhos para isso. Se a questão agrária, por exemplo, é mal compreendida, e se cabe ao ensino de geografia fornecer modelos éticos, políticos e sociais de análise do mundo, então analisar como tais coleções abordam tal tema ajuda a compreender os desdobramentos nos demais ciclos de formação.

A presente análise reporta-se aos critérios elaborados por Pontuschuka *et al.* (2007), cujas análises muito contribuíram à temática aqui focalizada, destacando, entretanto, que, embora a autora tenha listado um total de onze critérios que podem estar a serviço da observação e da análise de um livro didático, este estudo adota como seus critérios e elementos de observação aqueles escolhidos com a intenção de compreender a estrutura teórica-conceitual da análise que ora se desenvolve. Eles são:

- I. **Capas.** Elas devem transmitir à criança uma ideia clara sobre o conteúdo do livro e estar adequada aos interesses e faixas etárias a que se destina. Tanto a imagem quanto o texto devem ser pensados para chamar a atenção e despertar a curiosidade do público-alvo.
- II. **Estrutura teórico-metodológica.** A estrutura teórico-metodológica do material didático deve ser analisada para verificar qual Geografia é construída no livro, isto é, se é uma Geografia mais crítica ou mais conservadora, se está mais atenta ao mundo e às suas mudanças ou focada apenas em conteúdos. Em resumo, é importante avaliar se o livro segue tendências mais tradicionais ou mais progressistas e se aborda a Reforma Agrária como questão política, social e econômica.
- III. **Atividades.** As atividades propostas no livro devem colaborar para o avanço da compreensão do conteúdo. No entanto, não podem ser simples reproduções de excertos do livro didático em uso, mas sim atividades que desafiem o aluno a pensar e aplicar o conhecimento de forma crítica e criativa.

Primeiramente, convém justificar o fato dos demais critérios formulados por Pontuschuka *et al.* (2007) não terem sido incluídos na análise. Os demais oito critérios são importantes, mas dizem respeito mais às questões técnicas do que ao conteúdo e forma do livro em si. Para justificar tal escolha, demonstramos a relevância dos critérios escolhidos e, conseqüentemente, fica clara a função deles na pesquisa.

Quanto ao critério “Capa”, trata-se de verificar a interação estabelecida entre o efeito pictórico da imagem, que se junta com o elemento verbal, cuja finalidade é transmitir o propósito idealizado pelo autor da obra, mas que também serve como elemento de atração, aquilo que leva o aluno a admirar para, finalmente, abrir e aprender com o livro.

Além disso, é importante observar como as capas se adequam aos interesses das faixas etárias às quais se destinam. As capas dos livros didáticos contribuem para a construção e fomento do interesse do aluno pelo conteúdo quando desperta o desejo, quando constroem um vínculo entre o aluno e o livro. As imagens e as cores, luminosidade e formas, e muitos outros recursos do universo pictórico, cujos efeitos são positivos na aprendizagem, devem ser observados. O anseio de colocar a capa do livro didático como um dos elementos que deveriam exigir a nossa atenção, análise e pesquisa, então, deveu-se à necessidade de compreender aqueles elementos que servem de “gatilhos” e são imprescindíveis para a criação de interesse pelo tema e livro.

O segundo critério que adotamos de Pontuschuka *et al.* (2007) refere-se à proposta teórico-metodológica. A adoção desse critério deveu-se à necessidade de colocar luz sobre conteúdos teóricos, mas também de abordar como tais coleções tratam o tema da Reforma

Agrária. A proposta teórico-metodológica é a base de qualquer livro didático; é nela que os autores inculcam suas visões de mundo, ideologias e preconceitos. Aliás, desde as capas, a fundamentação teórico-metodológica se revela: a escolha das imagens e textos não é neutra.

E, finalmente, a escolha do critério “atividades” deveu-se à necessidade de analisar os meios utilizados pelos autores para fomentar e aprofundar o aprendizado. As atividades são consequências lógicas da proposta teórico-metodológica. Nesse sentido, observamos cada coleção a fim de entender se as atividades são mais “gramaticais”, isto é, se são mais voltadas aos conceitos e à criação de uma base conceitual; ou se são atividades mais analíticas, cuja característica é intercambiar a teoria e a empiria; ou se são mais de cunho “retórico”, aquelas atividades que acionam o pensamento e reflexão do aluno e que pedem um posicionamento individual diante dos temas geográficos.

Ressaltamos que muitos dos recursos que qualificam e estruturam as atividades de um livro didático, como a apresentação - seja ela escrita, áudio-visual, dramatúrgica, lúdica - e o meio - oficina, livro didático, maquete -, ou seja, quaisquer vias utilizadas para a prática dos exercícios e resolução dos problemas apresentados, respondem à teoria e aos fundamentos metodológicos que sustentam a obra.

Por fim, para justificar os critérios utilizados na análise das coleções de livros didáticos, é importante ressaltar que os princípios fundamentais que guiam a atuação cidadã devem ser cultivados em toda a educação básica. Isso se torna mais evidente quando colocamos em análise o tema da questão agrária, que exige senso crítico e capacidade de ler e interpretar o mundo. Para isso, a análise dos livros didáticos podem fornecer indicações de como o tema é trabalho em diferentes espaços escolares brasileiros.

2- ANÁLISE ESTRUTURAL: as principais características das coleções Expedições Geográficas e Teláris- Geografia.

Este capítulo é dedicado a apresentar a análise da estrutura teórico-conceitual dos livros didáticos. Nesse sentido, a metodologia consiste em descrever cada item, demonstrando como eles contribuem ou não para inserção do tema agrário rural em sala de aula.

2.1 Estrutura e teórico-metodológica e capas das coleções Expedições Geográficas e Teláris

Com base nos critérios de Pontuschuka *et al.* (2007), e considerando a análise investigativa proposta, vamos observar as quatro capas usadas nos exemplares da coleção “Expedições Geográficas” da Editora Moderna, edição de 2018.

A coleção “Expedições Geográficas”, de autoria de Sérgio Adas e Melhem Adas, destaca-se como uma obra de referência para o ensino de Geografia. Sérgio Adas, um renomado professor e pesquisador da Universidade de São Paulo, atua na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP) e no Departamento de Educação, Informação e Comunicação (DEDIC). Ele possui doutorado em Geografia Humana pela FFLCH-USP e pós-doutorado em Educação pela FE-USP. Sua expertise inclui a prática e metodologia de ensino de Geografia e Filosofia, e suas pesquisas concentram-se na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Além disso, Adas exerce várias funções na FFCLRP-USP, incluindo a coordenação da Comissão de Monografia do Curso de Pedagogia, a vice-coordenação do LAIFE (Laboratório Interdisciplinar de Formação do Educador), a titularidade da Coordenação do Curso de Pedagogia e a participação na CRInt (Comissão de Relações Internacionais).

Melhem Adas, um bacharel licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, possui um título de pós-graduação pela Universidade de São Paulo. Sua vasta contribuição ao meio geográfico e científico é inegável, refletida em obras como “Estudos de Geografia do Brasil” (1979), “A Fome: Crise ou Escândalo?” (1990) e “Panorama Geográfico do Brasil” (2004). Cada uma dessas obras amplia significativamente os horizontes da práxis docente de Geografia e aprimora a construção do aprendizado geográfico no contexto discente.

Melhem Adas é reconhecido por sua experiência na prática docente da Educação Básica do sistema educacional brasileiro e por sua atuação no ensino superior em diversas instituições por onde passou. É provável que grande parte de sua contribuição para a coleção em destaque derive dessa experiência docente e acadêmica.

Na proposta didático-pedagógica apresentada pela coleção aqui analisada, destacam-se dois pilares: a organização estrutural e geral dos volumes, que mantém uma sequência didática dos conteúdos e temas em diálogo com os recursos didático-pedagógicos dos livros. Além disso, pode-se observar um elemento intencional que guia o estudante por uma expedição geográfica ao utilizar o livro didático. Há uma clara alusão a instrumentos que se tornaram comuns nas primeiras expedições geográficas relatadas por Abrantes e Leite (2018), o que evidencia o fato de:

A Geografia inicia suas expedições nos primeiros anos da década de 1940, em função da demanda governamental para o estudo dos processos de ocupação do território via mecanismos de colonização e da macrorregionalização (...). Essa demanda, de certa forma, deu o tom das principais orientações de pesquisa, como os estudos de habitat rural, além das novas interpretações dos processos geomorfológicos (ABRANTES; LEITE, 2018, p. 14).

Nos volumes da coleção “Expedições Geográficas” tem-se uma organização originalmente planejada para facilitar a dinâmica e o manuseio do livro didático em sala de aula, aproximando a experiência de construção do conhecimento geográfico a uma expedição real. Em cada livro é verificada uma divisão em oito Unidades e cada uma delas com a demarcação proposital de quatro Percursos semelhantes ao trajeto expedicional idealizado.

As Expedições, aliás, estão na origem do conhecimento geográfico brasileiro, grandes viagens de geógrafos pelo território nacional para conhecer a formação natural, econômica e social. A proposta da coleção “Expedições Geográficas”, intenta retomar o ideário das grandes viagens para conhecer a geografia nacional e mundial, com um olhar mais humano e contextualizado.

A proposta didático-pedagógica da coleção Expedições Geográficas se baseia em dois pilares fundamentais: a organização estrutural e geral dos volumes, que mantém um sequenciamento didático dos conteúdos e temas, além de recursos didático-pedagógicos, e “um guia de viagens” que leva o aluno em uma jornada geográfica através do livro didático.

Para exemplificar essa intenção, a coleção apresenta elementos inerentes às expedições logo na abertura das unidades. A primeira delas, denominada “Verifique sua bagagem”, tem como objetivo sondar os conhecimentos prévios dos alunos e estimular seu interesse pelas temáticas abordadas ao longo de cada unidade.

Em seguida, o subcapítulo “Percurso” apresenta conteúdos organizados de forma clara, utilizando títulos e subtítulos para facilitar a compreensão dos temas. As informações são apresentadas em diferentes linguagens e recursos, como textos, mapas, gráficos, tabelas, ilustrações e fotos. As atividades são direcionadas para promover a observação e interpretação desses elementos.

As “Estações”, por sua vez, são minisseções que apresentam textos de revistas, jornais, livros e sites, que desenvolvem temas transversais e complementares do conteúdo do “Percurso”. São divididas em quatro eixos básicos: Estação Sócioambiental, que aborda temas sociais e ambientais e a compreensão entre espaço geográfico, sociedade e ambiente; Estação Cidadania, que traz textos que possibilitam a reflexão sobre problemas ligados à realidade; Estação História e Estação Ciências, que buscam correlacionar história e geografia, geografia e

outras ciências. As atividades propostas pelas Estações visam promover a reflexão e estimular o debate.

A seção “Mochilas de Ferramentas” traz a proposição dos passos didáticos e atividades que, segundo os autores, no manual do próprio livro, “podem envolver interpretação, argumentação e, preferencialmente, procedimentos” (Adas; Adas, 2018, p.32, Manual do professor). Um dos objetivos dessa seção é ensinar e exercitar com os alunos técnicas de estudo e pesquisa que permitam aprimorar o trabalho individual ou em grupo acerca das temáticas propostas no percurso.

A minisseção “Quem lê viaja mais” tem como objetivo desenvolver o uso e o domínio de diferentes linguagens e apresentar sugestões contextualizadas para que os alunos acessem outras fontes de informação além do livro didático.

A seção “Pausa para o cinema” está localizada no decorrer do Percurso, mais especificamente, na coluna lateral do texto principal, e tem como objetivo sugerir aos alunos filmes e documentários com propósito semelhante aos demais recursos utilizados que é aprofundar os temas geográficos debatidos em cada capítulo. Ela visa aprimorar e desenvolver o uso e o domínio de diferentes linguagens e estimular o protagonismo dos alunos para que acessem outras fontes de informação além do livro didático.

A seção “Caminhos Digitais” tem como principal objetivo promover o debate e a resolução de problemas sobre questões pertinentes à cultura digital, colocando-se a serviço da Competência Geral 5 da Educação Básica.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2018).

“Rotas e Encontros” é uma seção que apresenta as características de pessoas, comunidades, povos e grupos sociais e culturais no Brasil e no mundo que vivenciam os problemas tratados pela Geografia, privilegiando a diversidade étnico-cultural.

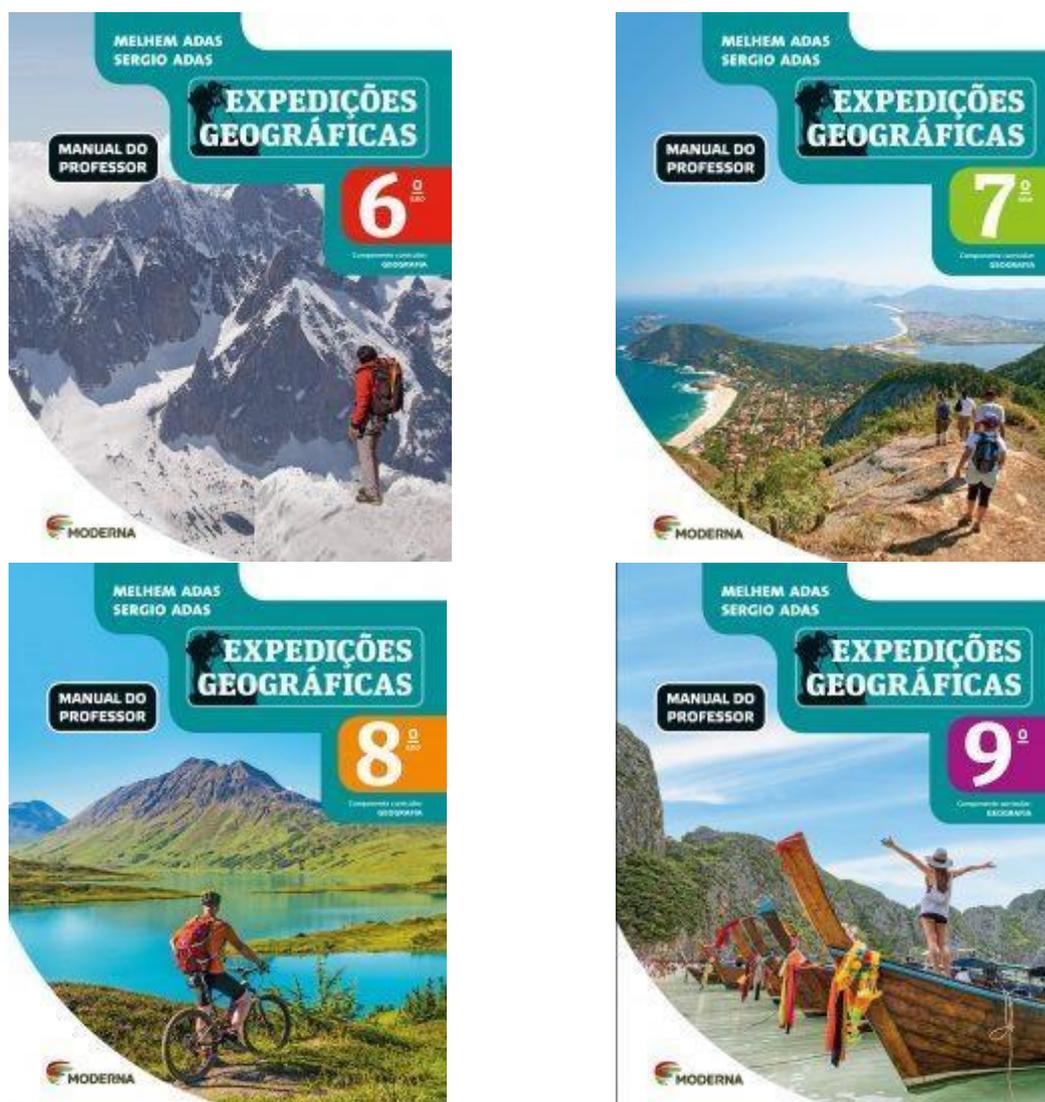
“Desembarque em outras linguagens” é uma minisseção que aparece duas vezes em cada volume da Coleção “Expedições Geográficas”, sempre na Unidade 1 e 5, respectivamente. Segundo os autores do livro, um dos principais objetivos dessa seção é articular e enriquecer a prática docente de Geografia por meio de ações diversificadas, valendo-se da produção artístico-cultural.

“Navegar é preciso” é uma seção que tem como principal finalidade motivar e capacitar o aluno para que ele seja capaz de utilizar as tecnologias digitais de informação e comunicação

de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares.

Todas as sessões, subseções e minisseções buscam então traçar um itinerário, um roteiro de aprendizagem pela geografia através de uma viagem pelos diferentes cantos do mundo. As capas também buscam criar esse ideário de viagem, ou de uma expedição geográfica, conforme a figura 1:

FIGURA 1 – Capas dos livros didáticos –Expedições Geográficas



Fonte: Moderna (2018).

Ao observarmos as capas apresentadas na figura 1, notamos as imagens, os textos icônicos e verbais. A primeira vista a seleção das imagens parece adequadas e ressaltam o objetivo de uma expedição geográfica. As diferentes paisagem das capas servem a esse ideário:

trata-se de formas de relevo, vegetação e clima encontrados nos vários continentes abordados em cada volume da coleção. Além disso, é importante mencionar que a escolha e a utilização do texto icônico nas capas dificilmente serviria a outro componente curricular que não fosse a Geografia, já que cumprem o papel de orientar o aluno em relação aos objetos de estudo que serão abordados na prática docente da disciplina.

No entanto, é importante ressaltar que não foi identificado nenhum elemento, seja icônico ou textual, que sugerisse uma relação com a questão agrária ou mundo rural. Além disso, notou-se a ausência de recursos icônicos que fizessem alusão a questões geográficas específicas do Brasil. Em dois dos quatro volumes da coleção, as capas apresentam claramente lugares com neve, o que poderia sugerir que não se trata de paisagens brasileiras. Nas outras duas capas, não é possível identificar claramente se é uma paisagem localizada no Brasil.

Ao atentar-se ao título da coleção “Expedições Geográficas”, as imagens parecem convidar para uma verdadeira viagem ao universo da Geografia. Assim sendo, a expedição proposta não acontece apenas território nacional, pois, os recursos icônicos apresentados fazem uma interação entre elementos geográficos de outros países e continentes. Muito provavelmente se tem a intenção de diminuir um provável distanciamento entre os espaços geográficos e, conseqüentemente, entre o livro e o aluno, geografia local e geografia mundial.

No título da coleção encontra-se também a conexão entre um ideal de geografia e elementos lúdicos, uma viagem idealizada através da sugestão de uma expedição geográfica pelo mundo. Além disso, há a escolha acertada das imagens e vocábulos comuns ao universo expedicionário, ou seja, a figura de um fotógrafo fazendo uso de vários equipamentos. Enfim, observa-se o desejo real de inserir a perspectiva do aluno na coleção, fazendo-o protagonista na construção do seu conhecimento e seu aprendizado acadêmico.

Outro fator positivamente empregado que convém aqui ser destacado na análise do elemento capas, refere-se à escolha das cores e das fontes das letras para a apresentação dos livros. Esses recursos contribuem para estabelecer um diálogo e uma interação proveitosos, que potencializam a imaginação e a curiosidade dos educandos, dois pilares valorizados pela docência de Geografia e que podem ser utilizados para aprimorar e construir o aprendizado por meio dessa obra didática.

Melhem Adas e Sérgio Adas (2018), responsáveis pela autoria da Coleção Expedições Geográficas, afirmam que a proposta didático-pedagógica dessa coleção envolve dois aspectos:

A organização geral dos volumes, com o sequenciamento didático dos conteúdos e temas, e os recursos didático-pedagógicos dos livros. Vistos em conjunto, ambos oferecem condições para que o processo de ensino-aprendizagem, mediado pelo professor, ocorra articulado com a BNCC, a abordagem teórico-metodológica e os

princípios pedagógicos norteadores da coleção apresentados anteriormente (ADAS; ADAS, 2018, p 30).

Os autores também destacam a importância de atividades complementares e diferenciadas, como a pesquisa, que são incorporadas na proposta pedagógica da coleção. Além disso, a coleção aborda temas contemporâneos e incentiva o trabalho transversal e contextualizado com esses temas ao longo das unidades dos livros.

A busca pela promoção de um diálogo com a BNCC faz-se perceptível e igualmente acentuada pelos autores da já referida coleção em:

Integrar temas e eixos temáticos aos componentes curriculares e às propostas pedagógicas, de modo que estejam presentes em todos eles e com o objetivo de propiciar ao aluno “aprender na realidade e da realidade”, implica neles incorporar a abordagem dos chamados temas contemporâneos. Esses temas dizem respeito a questões de urgência social, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, e estão orientados por princípios éticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática, sustentável, inclusiva e solidária (ADAS; ADAS, 2018, p. 29).

A partir da citação acima, nota-se o esforço dos autores para contemporizar e adequar o livro de geografia as realidades em constante mudanças do mundo moderno. Para isso, eles criam uma coleção que envolve ensino e imaginação ao retomar o tema clássico das grandes expedições geográficas. O intuito é promover uma verdadeira redescoberta da Geografia por meio dos diferentes recursos do livro didático.

A fim de aprofundar os debates, analisamos também a coleção “Telaris Geografia”, editora Ática que, assim como a coleção anterior, também é aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foi desenvolvida para os anos finais do Ensino Fundamental. Tal coleção foi escrita por J. William Vesentini e Vânia Rubia Farias Vlach.

A proposta pedagógica da coleção Telaris valoriza o papel do professor como mediador do processo de aprendizagem, permitindo que o aluno se torne o protagonista na construção de seu conhecimento acadêmico. Os autores enfatizam que o professor deve apoiar intencionalmente o aluno para mobilizar aprendizagens e trabalhá-las de forma articulada aos conteúdos temáticos, competências gerais, específicas e habilidades da disciplina de Geografia. A coleção tem como autores J. William Vesentini e Vânia Vlach.

J. William Vesentini é um renomado professor e pesquisador do Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo, possui vasta experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política/geopolítica e ensino da geografia. Ele possui graduação com Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia Humana pela mesma universidade e Livre Docência em Geografia Política também pela USP. Além disso, tem atuado em diversos temas relevantes, como a nova

ordem mundial, política e território, geopolítica brasileira, questão ambiental e ensino da geografia no século XXI.

Vânia Rubia Farias Vlach, co-autora da obra, também possui uma formação acadêmica com graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo e em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Farias Brito, mestrado em Geografia Humana pela USP e doutorado em Geopolítica pela Université Paris VIII. Além disso, ela tem participado ativamente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e foi professora associada, nível 2, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

O título da coleção recorre ao vocábulo de origem grega “telarium”, que significa “tecelão”, e assim evoca a ideia de entrelaçamento dos saberes na construção do conhecimento (Borgatto; Bertin; Marchezi, 2015, p. 1). Infere-se que os autores, quando intitulam a coleção como Teláris, fazem alusão ao termo grego telarium e aproximando-o da ideia de um tecer de saberes que potencialmente se entrelaçariam na produção final do conhecimento.

Segundo os autores da Coleção Teláris Geografia, está:

Alicerçada na orientação teórica conhecida nos meios acadêmicos como geografia crítica, porém, em uma de suas **melhores vertentes, a pluralista**. Do ponto de vista pedagógico, procuramos levar em conta o tipo de ensino que vários autores e instituições (como a Unesco) denominam “**escola para o século XXI**”, **voltado para desenvolver nos alunos determinadas competências, habilidades e inteligências múltiplas, envolvendo não apenas a compreensão de conceitos e as formas de raciocínio, mas também fomentando atitudes democráticas. Dessa forma, a coleção vai ao encontro do preconizado pela BNCC (VECENTINI; VLACH, 2018 p.03 [grifos meus])**.

Além disso, os autores ancoram a coleção nos objetivos de aprendizagem da BNCC, cujo objetivo é:

Procurar incentivar o aluno a refletir e debater ideias, a motivar-se para o estudo da dinâmica entre sociedade e natureza, para o estudo do espaço produzido pela humanidade, para os problemas socioambientais de seu lugar de moradia, refletindo sobre possíveis soluções com ajuda dos colegas, contribuindo para o desenvolvimento de seu espírito crítico e senso de cidadania, duas propriedades interligadas e inseparáveis (VECENTINI; VLACH, 2018 p.03).

Além disso, a abordagem pluralista da coleção Teláris permite uma análise crítica e reflexiva sobre as diferentes formas de organização e ocupação do espaço, considerando as múltiplas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas que estão envolvidas no processo de produção e transformação do espaço geográfico. Dessa forma, os alunos são estimulados a desenvolver um pensamento crítico e reflexivo sobre as questões geográficas, o que contribui

para uma formação mais completa e consciente dos estudantes como cidadãos atuantes na sociedade. Acrescenta-se ainda o argumento de que:

O pensamento pós-moderno, a fenomenologia e, principalmente, as mudanças que ocorrem no mundo, sobretudo a partir do colapso das experiências autointituladas socialistas, com a ascensão de novos centros de poder no cenário mundial, a reorganização constante do espaço geográfico brasileiro e as novas tecnologias que mudam a vida cotidiana das pessoas, em especial a dos jovens, para quem, afinal, esta coleção se destina (VECENTINI; VLACH, 2018 p.03).

Desta forma, fica evidente a priorização do protagonismo do estudante na concretização e aprimoramento de sua formação, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, competências e habilidades. Esses aspectos são considerados pilares de extrema importância para o cumprimento efetivo do papel da educação sistemática e da prática docente na formação do aluno como um cidadão capaz de intervir na sociedade em que se insere e no meio ambiente.

Aproximando este estudo de das ferramentas que compõem a estrutura da Coleção Teláris, os autores, ao elaborarem a resenha da coleção, descrevem cada um dos quatro volumes que formam a coleção como estando a cumprir um papel com fins específicos. Assim sendo, tomando o elemento “conceito” como referência, tem-se que o primeiro dos volumes didáticos:

Procura levar o aluno a entender a ação humana sobre o planeta, com o objetivo de despertar sua consciência ambiental e sua percepção de que o ser humano é indissociável da natureza: suas ações ocasionam alterações no meio ambiente, daí a importância de contribuir com ações visando a sustentabilidade. Neste volume, retomamos com maior complexidade conceitos de cartografia, ou de orientação e localização, que o aluno já estudou anteriormente, mas sempre acrescentando algo de novo e desafios para que ele continue a desenvolver o domínio dessa linguagem (cartografia) ou dessas competências (orientar-se e localizar-se no espaço geográfico) (VESENTINI; VLASH, 2018,p.15).

A partir das colocações acima dispostas, pode-se observar que o livro didático aqui analisado torna o aluno protagonista do processo de construção do aprendizado, e a prática docente busca servir a esse propósito. Além disso, o livro não abre mão de cumprir seu compromisso em conduzir o educando, alvo dessa abordagem, aos objetos do conhecimento preconizados na base legal vigente que rege a sistemática educacional brasileira.

Por sua vez, o livro didático do sétimo está a serviço de, assim como o volume anterior, à luz dos autores que o idealizaram, direcionando seu foco para:

O espaço social e principalmente o espaço brasileiro. Introduzimos — na medida do possível sob a forma de desafios para o aluno ir construindo e/ou aplicando o conhecimento — as noções de sociedade, economia, povo, nação, Estado e país, como também os conceitos interligados de regionalização e região, que já foram vistos no

volume anterior e aqui são retomados para a compreensão de sua aplicação no espaço brasileiro. Da mesma forma, introduzimos também o estudo da industrialização e da urbanização, mostrando como esses processos modificaram o espaço geográfico brasileiro. Estudamos ainda neste volume a população brasileira, o meio rural e, finalmente, na última unidade, as regiões do Brasil (VESENTINI, VLASH, 2018, p.15).

Os autores da Coleção Teláris Geografia, J.W. Vesentini e Vânia Vlach, deixam claro sua real intenção de assegurar ao discente, ao qual direcionam sua obra didática, o domínio do “espaço social e geográfico”, sendo este o principal objeto do conhecimento a ser explorado e apreendido no volume destinado ao trabalho e à prática docente do 7º ano do Ensino Fundamental.

Seguindo a mesma linha de comprometimento que cabe aos autores dos dois volumes iniciais da Coleção Teláris, o terceiro e o quarto volumes aqui observados têm a missão de elaborar os conteúdos dos 8º e 9º anos, levando o aluno a refletir sobre o mundo atual e o papel do Brasil nesse contexto. Apresentam-se as duas principais formas de regionalizar o espaço mundial, bem como os prós e contras de cada uma delas:

No volume do 8º ano, estudamos a população no mundo contemporâneo, as desigualdades internacionais, a pobreza e a fome, as organizações internacionais, o continente americano em seus aspectos gerais e regionais e o continente africano (idem). Neste volume para o 8º ano, enfatizamos a América Latina, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) – e logicamente também o Brasil – e a África (VESENTINI; VLASH, 2018, p.15).

Finalmente o quarto volume da coleção traz, em seu direcionamento principal como principais objetivos do conhecimento:

A nova ordem mundial, a União Europeia, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), o Japão e os Tigres Asiáticos, a China e a Índia, o Oriente Médio e a Oceania. No final, abordamos também a globalização, a nova divisão internacional do trabalho e, finalmente, a questão ambiental na atualidade (VESENTINI, VLASH, 2018,p.15).

Os autores da Coleção mencionam que ela contribui para a ampliação deste trabalho ao formularem suas ideias na estruturação da Coleção Teláris. Esses teóricos abordam as partes que compõem cada volume da coleção de maneira que afirmam:

As aberturas das unidades e dos capítulos são um chamado à reflexão por meio de múltiplas linguagens, como mapas, fotos, charges, tirinhas, pinturas, pequenos textos ou informações que instigam os alunos a pensar sobre o assunto que será estudado antes que ele seja abordado, levando-os a uma reflexão prévia. Essas aberturas têm várias funções, no fundo concomitantes e interligadas: estimular a curiosidade dos alunos para os assuntos que serão estudados na unidade ou no capítulo; criar oportunidades para que expressem suas opiniões, experiências e conhecimentos prévios sobre os temas; e finalmente possibilitar que, pela via da reflexão, tentando

solucionar os desafios colocados pelas questões, eles de certa forma desenvolvam sua criatividade e seu senso crítico. anteriormente (VESENTINI, VLASH ,2018, p. XIII).

Os autores construíram, de forma muito apropriada, cada parte estruturante dos volumes que integram a coleção, objeto da presente análise. Essa esfera estrutural foi enriquecida com recursos estruturantes adicionais, que podem ser denominados de elos estruturais.

O primeiro desses elos a ser analisado é o “Geolink”, que, de acordo com a descrição de seus dos autores, desempenha a seguinte função:

Como um link, apresentando informações complementares aos temas tratados no capítulo com o objetivo de ampliar os conhecimentos dos alunos. A seção encontra-se ao longo do texto principal dos capítulos. É importante criar momentos para que os alunos entrem em contato com essas informações e estabeleçam conexões entre elas e o conteúdo estudado. No fim da seção, algumas questões têm como objetivo trabalhar a compreensão e a interpretação do texto analisado (VESENTINI, VLASH ,2018, p. XV).

Faz-se jus, portanto, aos objetivos idealizados para a ferramenta Geolink, que conforme pontuado acima, busca estabelecer conexões entre múltiplos interlocutores envolvidos: alunos e o conteúdo, escola e mundo. É um exemplo dessa conexão os momentos nos se envolvem alunos, docentes e prática didático-pedagógica, cada uma deles unidos por propósitos que atuam na construção do saber acadêmico e do conhecimento geográfico em sala de aula.

Os “Glossários” também fazem parte dos “elos estruturantes. Com eles, os autores buscam:

Em todos os volumes da coleção, as palavras e termos mais difíceis ao longo do texto são destacados. O significado de cada um deles foi inserido em destaque na lateral, próximo às palavras, na própria página em que elas se encontram. É importante orientar os alunos a consultar também o dicionário sempre que necessário, pois facilita a compreensão do texto e desenvolve a precisão da linguagem (VESENTINI; VLACH 2018, Manual do Professor, p. XV).

O “Infográfico”, por sua vez, atua na promoção da facilitação da compreensão de cada um dos objetos do conhecimento, de acordo com a metodologia empregada pelo componente curricular Geografia. De acordo com os autores:

Sempre que necessário, há infográficos para que o aluno visualize e reflita sobre conteúdos complexos apresentados de forma simples, numa combinação de imagens, dados e pequenos textos. O infográfico é, de fato, um recurso visual que facilita a visualização de informações de maneira didática e fácil de compartilhar, incentivando o pensamento crítico e a criatividade do aluno (VESENTINI, VLASH , 2018, p. XVI).

Além do Geolink, Glossário e Infográfico, o elo estruturante “Texto e ação” requer do aluno as habilidades de síntese, análise e compreensão. Segundo os autores:

A seção consiste em questões que têm como objetivo sistematizar o conhecimento ou muitas vezes levar o aluno a produzir novos conhecimentos sobre a teoria apresentada. Ela aparece dentro do capítulo e é uma oportunidade para os alunos verificarem o aprendizado, solucionarem dúvidas e discutirem com os colegas. O professor pode aproveitar esta seção para fazer uma avaliação continuada de seus alunos e propor encaminhamentos necessários, em vez de se ater a avaliações quantitativas praticadas em finais de bimestre ou de semestre (VESENTINI, VLASH , 2018, p. XVI).

Especificamente, o elo estruturante “Texto e Ação” caracteriza-se por uma série de questões cujo objetivo é motivar a produção e construção de conhecimento a partir de dados inéditos e teorias apresentados em cada unidade.

Em sentido semelhante, o elo “Conexões” foca em “atividades que favorecem a abordagem de temas transversais (Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Ética) e exploram as relações da Geografia com outras disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa, História, Arte ou Ciências, conforme o caso”. Trata-se, portanto, de uma tentativa dos autores em construir uma perspectiva interdisciplinar. Para isso, eles argumentam que é relevante levar os alunos a integrar aplicações ou conteúdos geográficos com conteúdos ou aplicações de outras disciplinas escolares (Vesentini, Vlash, 2018, p. XVI).

E, por fim, os autores propõem o elo estruturante “Atividades”. Trata-se de um conjunto de atividades no fim de cada capítulo, que o aluno deve realizar individualmente ou em grupo. As atividades também têm uma proposta interdisciplinar, pois empregam diferentes linguagens, geográficas e não geográficas, como poemas, letras de canção, mapas, gráficos, reportagens recentes sobre algum tema abordado no capítulo, trechos de artigos atuais, fotos, gravuras, charges, etc. (Vesentini, Vlash, 2018, p. XVI).

Os autores da Coleção Teláris - Geografia salientam que a ferramenta “Atividades” divide-se em duas subseções: “+ Ação” e “Lendo a imagem”:

+ **Ação** - há questões de compreensão de textos e/ou reflexão sobre eles. Várias vezes a seção sugere a realização de pesquisas em grupo sobre temas relacionados ao capítulo e, quando possível, ligados à realidade dos alunos. É importante que o professor os acompanhe em cada etapa da pesquisa, assessorando-os no que for necessário.

Lendo a imagem - atividades relacionadas à observação e análise de imagens (esquemas, fotos, charges, tirinhas, etc.), com base em informações complementares, bem como à interpretação de mapas. São propostas para trabalho em duplas ou em grupos e podem ser extremamente produtivas, pois contribuem para melhorar a comunicação e a interatividade não só entre os componentes da própria equipe, mas também entre as demais equipes da sala de aula. Desde que haja participação e empenho por parte dos integrantes ao trabalhar em grupo, os alunos têm contato com atitudes que serão fundamentais ao longo de toda a sua vida, como cooperação, respeito mútuo e aceitação de diferentes pontos de vista (VESENTINI, VLASH, 2018, p. p. XVII, grifos nossos).

Cada um dos quatro volumes que compõem a Coleção Teláris apresenta, no fechamento das unidades, elo estrutural “Projeto”, cujo objetivo, segundo seus autores, é fomentar que os alunos se dediquem à pesquisa, investigação e análise dos diversos temas abordados em cada objeto de estudo do componente curricular Geografia. O produto final dessa iniciativa é uma reflexão e um debate sobre tais temáticas estudadas, sob a supervisão do facilitador e docente. Esse elo estrutural é descrito pelos autores como:

Ao final de cada unidade, a seção apresenta uma proposta de atividade interdisciplinar, cujo objetivo é trabalhar os conteúdos estudados, levando os alunos a pesquisar, investigar e analisar vários temas e convidando-os a refletir e debater sobre eles. Todos os projetos solicitam uma produção final: um cartaz, um vídeo, uma exposição, etc (VESENTINI, VLASH, 2018, p. p. XVII).

No fechamento das unidades da Coleção Teláris ainda encontram-se outros elos estruturais. Por exemplo, “Para saber mais” e “Biblioteca do aluno”, cujo intuito é construir um conjunto de “sugestões de leituras complementares de livros paradidáticos, com o objetivo de enriquecer os temas estudados” (Vesentini; Vlach, 2018, p. XVI). Com o mesmo objetivo, o elo “Mundo virtual” traz “indicações de sites para consulta, pois consideramos as redes de computadores uma ferramenta fundamental na busca de informações recentes e atualizadas”. Além das sugestões de leituras, o elo “De olho na tela” traz “sugestões de filme ou documentário relacionados ao conteúdo estudado em cada unidade, que podem ser utilizados como importante ferramenta auxiliar no trabalho do professor em sala de aula, além de estimular o interesse dos alunos” (Vesentini; Vlach, 2018, p. XVIII).

Um destaque positivo para a Coleção “Teláris Geografia” é seu potencial didático de se aproximar do público-alvo e transmitir a mensagem de forma clara, por meio dos recursos icônicos apresentados, que caracterizam paisagens da realidade brasileira em três das quatro capas que integram a coleção (conforme figura 2). As imagens, porém, pertencem a um banco de imagens e parece não obedecer nem critério de utilização.

FIGURA 2: Capas dos livros didáticos - Coleção “Teláris Geografia”.



Fonte: Ática (2018).

No entanto, um ponto pouco favorável observado na Coleção Teláris Geografia que pode ser mencionado: a apresentação textual poderia dialogar de forma mais adequada com o seu público-alvo. Os textos escritos e apresentados nessa coleção estão resumidos ao título do livro didático, sem nenhuma menção escrita que pudesse levar o discente à referência de alguma abordagem relevante dos temas tratados na coleção.

Observa-se ainda que, de forma semelhante a Coleção Expedições Geográficas, as capas da coleção Telaris não contribuem para a temática da construção e aquisição do senso crítico relativos ao mundo rural e a reforma agrária. Em resumo, não foi identificado nenhum recurso ou elemento que fizesse alusão ou referência a questões agrárias nas capas apresentadas pela Coleção Telaris Geografia. Essa ausência pode ser considerada uma oportunidade perdida para atrair os alunos e incentivar o interesse pelo tema desde o início. A utilização de recursos visuais, como imagens e cores, poderia desempenhar um papel significativo no engajamento dos estudantes e na exploração dos tópicos agrários propostos na coleção.

2.2 Atividades – a consolidação da proposta teórica

Atém-se, neste instante, às atividades propostas pelas coleções aqui verificadas. Procurando seguir a ordem de apresentação, direciona-se primeiramente a uma amostragem das atividades propostas e sugeridas pela coleção Expedições Geográficas. Para tal análise, consideramos, principalmente, as questões relativas ao mundo rural, agricultura familiar, agronegócio e Reforma Agrária.

De antemão, é preciso ter em mente que o tema da Reforma Agrária sequer é mencionado na BNCC. Além disso, o documento oficial, que conta com aproximadamente 600 páginas, não faz referência à agricultura familiar. O tema é tratado indiretamente quando, por exemplo, descreve a necessidade de compreender “a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos”. Isso porque é preciso analisar a “produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos” (BNCC, 2018, p.368). Em outra passagem, o texto da BNCC informa que na Unidade Temática:

Mundo do trabalho[...]incorpora-se o **processo de produção do espaço agrário** e industrial em sua relação entre campo e cidade, destacando-se **as alterações provocadas pelas novas tecnologias no setor produtivo**, fator desencadeador de mudanças substanciais nas relações de trabalho, na geração de emprego e na distribuição de renda em diferentes escalas (BNCC, 2018, p.363 [grifos nossos]).

Entre as habilidades descritas pela BNCC, o espaço agrário aparece especificamente como elemento importante para o 9º ano do Ensino Fundamental II. A habilidade descrita refere-se à capacidade de “analisar a importância da produção agropecuária na sociedade urbano-industrial ante o problema da desigualdade mundial de acesso aos recursos alimentares

e à matéria-prima” (BNCC, 2018, p. 393). É importante notar que a “produção agropecuária” está submetida a um tema mais amplo: a sociedade urbana-industrial.

Palavras como “agronegócio” e “agrotóxicos” sequer são mencionadas nos textos de apresentação, tampouco as habilidades e objetivos de aprendizagem tratam do tema. O assunto dos movimentos sociais também é subsidiário, pois embora seja uma habilidade em muitas disciplinas, nem mesmo é mencionado na parte dedicada à geografia.

A partir disso, é preciso indagar: existem espaços para temas como Reforma Agrária e Agricultura Familiar nos livros didáticos? Com o objetivo de observar tais questões, analisamos as atividades das coleções “Expedições Geográficas” e “Telaris”.

Como ponto de partida, focaremos na Coleção Expedições Geográficas e em seus quatro volumes. No volume destinado ao sexto ano, constatou-se que os seguintes objetos do conhecimento foram abordados: espaço natural, espaço geográfico, ação humana sobre os espaços naturais, desmatamento, prática agrícola, pecuária, modificação do espaço geográfico terras indígenas e atividades produtivas imprescindíveis.

Além disso, ao final do volume do sexto ano, foram apresentados outros objetos do conhecimento, como usinas produtoras de eletricidade a partir de fonte térmica (termelétricas), gases do efeito estufa, consumo residencial de energia elétrica nas cinco grandes regiões brasileiras, população urbana, cartografia e consumo consciente de energia elétrica.

Nota-se a ausência de temas específicos relativos ao paradigma da questão agrária no sexto ano do Ensino Fundamental II. No entanto, a BNCC não deixa claro a necessidade abordar este tema nesse período de formação. Por isso, é natural tal ausência.

No sétimo ano, os temas abordados foram diversos e incluíram localização geográfica, território brasileiro, construção do espaço geográfico no Brasil nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, terras indígenas, imaginário social, direitos legais e constitucionais, fusos horários brasileiros, e a construção de Brasília e a formação do novo espaço geográfico na Região Centro-Oeste do Brasil. Também foram estudados conceitos como coordenadas geográficas, a Rosa dos Ventos, densidade demográfica, unidades federativas brasileiras e área territorial.

No volume do oitavo ano, os objetos do conhecimento em Geografia incluíram estudos sobre continente, ilha, território, Estado, nação, hemisférios Oriental e Ocidental, hemisfério Setentrional ou Norte e Meridional ou Sul, além de conceitos como meridiano. Ao final do volume, foram analisados tópicos específicos relacionados ao Continente Africano, África do Norte e África Subsaariana. As diferenças étnicas e culturais das regiões africanas, as razões da população da África Subsaariana se dedicarem à agricultura e, mesmo assim, sofrerem com

déficit de alimentos, a dificuldade dos países africanos em se inserirem no processo de globalização, e a diferenciação de fome crônica e fome aguda também foram abordadas.

No volume do nono ano, os temas abordados incluíram o processo de globalização, desemprego tecnológico e desemprego conjuntural ou cíclico. Foram estudados ainda a participação dos países nas exportações mundiais de mercadorias, o sistema produtivo implantado em cada país e suas vantagens, a crise financeira mundial e os fatores que afetam o Brasil, e o conceito de fábrica global. Na parte final do volume, a amostragem das atividades trouxe estudos sobre o meio natural, população e economia da Nova Zelândia, indicadores sociais, processo de colonização da Nova Zelândia, agropecuária neozelandesa, mercado interno e externo da Nova Zelândia, e economia exportadora neozelandesa.

Nesse sentido, na Unidade 1 da coleção Expedição Geográfica, por exemplo, as atividades remetem a temas espaço natural, espaço geográfico, a ação humana sobre os espaços naturais, desmatamento, prática agrícola, pecuária, modificação do espaço geográfico pelas atividades produtivas imprescindíveis (conforme figura 3).

Figura 3: Exemplos de atividades da coleção Expedições geográficas

Atividades dos percursos 1 e 2

Registre em seu caderno

Reverendo conteúdos

- 1 Você vive em um espaço natural ou em um espaço geográfico? Explique sua resposta.
- 2 Há poucos espaços naturais na Terra, pois quase todos sofreram ação das sociedades humanas. Entretanto, há espaços com pouca ou nenhuma intervenção humana. Você sabe de algum?
- 3 Ao derrubar a vegetação nativa, por exemplo, uma floresta, para desenvolver a agricultura ou a pecuária, o ser humano constrói que tipo de espaço? Por quê?
- 4 Explique com suas palavras o que é paisagem geográfica e aponte elementos que ela pode conter.
- 5 Tanto a paisagem geográfica como o espaço geográfico podem ser modificados por forças sociais. Explique o que são essas forças e cite exemplos, inclusive do seu cotidiano.
- 6 Explique o que são paisagens degradadas e aponte algumas causas da degradação, citando exemplos.
- 7 Quem são os povos originários? Explique por que eles contribuem para a diversidade paisagística e a preservação da biodiversidade no território brasileiro quando seus direitos e modos de vida são garantidos.

Fonte: Coleção Expedições Geográficas (2018, 6Ano, p.24)

No livro voltado para o oitavo ano do Ensino Fundamental, é relevante destacar que a seção “Atividades” aborda os seguintes tópicos pertinentes ao componente curricular de Geografia: o Continente Latino-Americano, as distintas características étnicas e culturais das diversas regiões das Américas, as razões subjacentes à escolha da agricultura pela população

latino-americana, bem como as complexas razões que levam a região a enfrentar desafios relacionados à segurança alimentar, além das dificuldades que muitos países do continente americano enfrentam no tocante à sua integração nos processos de globalização.

Figura 4: Exemplos de atividades da coleção Expedições geográficas

Atividades dos percursos 19 e 20

Registre em seu caderno

Revendo conteúdos

- 1 Aponte algumas características de ordem física ou natural que o território mexicano possui que limitam o desenvolvimento da agropecuária.
- 2 A Argentina e o Brasil, quanto aos seus meios naturais, possuem vantagens para o desenvolvimento da atividade agropecuária, se comparados ao México. Explique essa afirmativa usando os conhecimentos que você possui sobre o Brasil e a Argentina.
- 3 Compare os circuitos da carne e da soja na Argentina e no Brasil tomando por base os seguintes aspectos: distâncias das áreas produtoras aos portos de exportação e transporte.
- 4 Aponte a vantagem dos produtores de soja dos Estados Unidos em relação aos do Brasil quanto ao transporte desse produto.
- 5 Quais soluções você aponta para o Brasil superar os problemas existentes nos transportes e nos portos para melhorar o escoamento da soja e da carne?
- 6 Existe relação entre exploração mineral e insustentabilidade socioambiental? Comente.
- 7 A mineração é uma atividade que, além de causar impactos socioambientais, gera conflitos. Aponte algumas causas desses conflitos.
- 8 Explique o que é a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e comente sobre a Convenção 169.
- 9 Explique o que é monopólio estatal e se o México mantém o monopólio estatal em relação ao petróleo de seu território.

Fonte: Coleção Expedições Geográficas (2018, 8Ano, p.184)

Figura 5: Exemplos de atividades da coleção Expedições geográficas

Atividades dos percursos 5 e 6

Registre em seu caderno

Revendo conteúdos

- 1 Explique com suas palavras o que é urbanização.
- 2 Caracterize megacidade e megalópole.
- 3 Aponte a relação entre a modernização das atividades agropecuárias, os avanços científicos e tecnológicos e o desemprego no campo.
- 4 Existe relação entre a importância da agropecuária e o processo de urbanização em curso no mundo? Explique.
- 5 Aponte a relação entre elevação dos preços das *commodities* agropecuárias, indústria de alimentos e população de baixa renda.
- 6 Há relação entre procura no mercado mundial pelas *commodities* agropecuárias e o uso da terra rural? Explique.
- 7 Explique o que é insegurança alimentar, suas consequências e aponte qual é a sua abrangência entre a população mundial.
- 8 Segundo o Unicef, qual foi, em média, o número diário de mortes de crianças entre 0 e 5 anos de idade, em 2017? Como se poderia evitar parte desses óbitos?

Fonte: Coleção Expedições Geográficas (2018, 9Ano, p.58)

No livro do nono ano do Ensino Fundamental há a seção de “Atividades” que inclui estudo do processo de globalização, análise do desemprego tecnológico e conjuntural, investigação sobre a participação dos países nas exportações globais de mercadorias, compreensão dos sistemas produtivos adotados por diferentes nações e suas respectivas vantagens, exploração da crise financeira mundial e sua influência nos contextos brasileiros, assim como a exploração do conceito de fábrica global.

Ao analisarmos os livros didáticos da Coleção Teláris Geografia, no volume do sexto ano, . trabalha-se os seguintes objetos de conhecimento: espaço geográfico, direção por pontos cardeais e colaterais, localização, espaço público em contexto social de bairro e a localização do cotidiano (como a casa da vovó, unidades de saúde, unidade escolar, igreja, centro comercial), elementos do universo do espaço territorial e da territorialidade, controle do processo produtivo e escoamento da produção agrícola regional. Também distingue temas como território indígena e terra indígena.

No volume do sétimo ano, os objetos de conhecimento contemplados foram: o aspecto constitucional e legal da preservação das regiões e territórios indígenas; o papel do Estado e dos cidadãos na garantia de subsistência humana em geral, considerando elementos culturais e ambientais; abordagem do Pólo Meio do Mundo, o território do Amapá e Macapá, e a Região Amazônica. Além disso, foram estudados temas relacionados à linha do Equador nos equinócios, às reservas indígenas, aos conflitos de terras e aos desmatamentos.

No volume do oitavo ano da Coleção Teláris, os objetos de conhecimento abordados foram os fenômenos migratórios de origem internacional, com repercussões nos âmbitos internos do Brasil. Essas consequências poderiam ser negativas ou positivas para o eixo de produção e a segurança alimentar dos cidadãos. Ao final do volume, foram estudados temas como o comércio econômico externo, os pontos positivos e negativos da utilização da área de livre comércio na região africana, e um estudo das regiões que integram essa área de livre comércio africano.

No livro do nono ano da Coleção Teláris, os objetos de conhecimento do componente curricular Geografia incluíram o processo de migração no continente europeu, o fenômeno da migração ambiental na Europa, a sustentabilidade ambiental e social, e o desempenho do Brasil em relação ao Índice de Performance Ambiental a nível mundial. Também foram analisados os critérios e parâmetros apresentados pelos países para a composição da performance ambiental de um país, além de uma análise comparativa entre os índices de vários países com o índice obtido pelo Brasil.

Na Coleção Teláris, no livro do sexto ano, há uma proposta inicial de atividade que conecta temas como o espaço geográfico e a compreensão do espaço público no contexto social do bairro. Adicionalmente, a obra investiga a localização de lugares cotidianos, como a casa dos avós, unidades de saúde, instituições escolares, igrejas, áreas comerciais e outros. Com isso, a ferramenta “Atividades” é empregada para iniciar a exploração desses temas, enfocando elementos do espaço, noções de territorialidade, controle do processo produtivo e a movimentação da produção agrícola na região. Neste contexto, o livro também estabelece uma diferenciação entre território indígena e terras indígenas.

Continuando com o enfoque na ferramenta “Atividades”, agora direcionado ao livro do sétimo módulo, percebe-se a introdução de um texto reflexivo que trata do aspecto constitucional e legal da preservação das regiões e territórios indígenas. Além disso, esse material discute o papel do Estado e dos cidadãos na garantia desse espaço crucial no contexto das necessidades de subsistência humana de forma geral, assim como na preservação dos elementos culturais e ambientais.

No livro do oitavo ano do Ensino Fundamental, o foco é direcionado ao fenômeno migratório, especialmente aqueles de origem internacional, que têm repercussões tanto dentro do Brasil quanto em suas implicações para a produção e a segurança alimentar dos cidadãos em geral, podendo trazer consequências positivas ou negativas para esses aspectos.

Conseqüentemente, no livro do nono, a ferramenta “Atividade” explora-se o desempenho do Brasil em relação ao Índice de Performance Ambiental a nível global, bem como os critérios e parâmetros utilizados pelos países na avaliação da performance ambiental de uma nação. A atividade também engloba uma análise comparativa entre os índices de diferentes países e o índice obtido pelo Brasil.

Resumidamente, nas duas coleções em análise, não se faz qualquer menção ao tema da Reforma Agrária. A produção agrícola e familiar, os movimentos sociais e as contradições no campo são tratados de forma secundária e carecem de uma abordagem teórico-pedagógica coesa.

2.3 A questão agrária e o livro didático

O estudo que está sendo desenvolvido tem como principal propósito analisar o tema da Reforma Agrária nos livros didáticos. Nesse sentido, busca-se ampliar alguns elementos que foram abordados nas atividades. Para isso, recorre-se a teóricos e especialistas que se dedicam

à investigação dessa temática. Um desses teóricos é Fernandes (2013), que analisa a relação dialética entre campesinato e capital, bem como as contradições que modelam o meio rural brasileiro. Fernandes destaca duas abordagens teóricas: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária.

Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a ‘integração’ do campesinato ou ‘agricultor de base familiar’ ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classe não é um elemento desse paradigma. Esse paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato (FERNANDES, 2013, p. 8-9).

Quando analisamos a forma como o mundo rural é tratado pela BNCC, fica evidente que ela adere à proposta teórica do paradigma do capitalismo agrário, considerando que o campo e o rural são tratados como temas secundários em relação ao espaço urbano-industrial. Além disso, a ausência de temas como Reforma Agrária e campesinato deixa claro que essas questões são consideradas problemas conjunturais, cuja solução é vista no avanço técnico-científico.

No entanto, indo contra essa abordagem simplista do mundo rural, Fernandes (2013, p. 15-16) aponta que:

A discussão sobre os conceitos de agricultura familiar e camponesa tem um papel no debate paradigmático porque reflete sobre as possibilidades de existência do campesinato e sua importância para a soberania alimentar. Traz à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições sobre o modelo de desenvolvimento que defendem [...] A produção de alimentos não pode ser um monopólio do agronegócio. O direito à comida e o direito de produzir alimentos está entre as principais lutas contra a hegemonia do agronegócio. Superar a dicotomia entre agricultura camponesa e agricultor familiar é fundamental para a compreensão da luta camponesa contra o capital, afinal, em toda sua existência, o camponês que sempre foi agricultor familiar. O sentido da dicotomia é de enfraquecimento político na luta de classes (FERNANDES, 2013, p. 15, 16).

Tem-se, portanto, nas contribuições propostas por Fernandes (2013), expostas acima, a base teórica para inferir sobre um ensino de geografia crítico, considerando que o paradigma da questão agrária coloca em análise conceitos relacionados à agricultura familiar e à agricultura camponesa, agronegócio e Reforma Agrária. Isto é, abordagem que aceita o rural em toda a sua complexidade e contradição. Além disso, temas caros à sociedade brasileira, por exemplo, segurança alimentar entram no escopo da questão agrária.

Aliás, segurança alimentar e Reforma Agrária são temas complementares, tal como aponta Oliveira (2007):

A discussão, hoje, do tema segurança alimentar exige atenção especial para as questões relativas à democratização do acesso à terra. Todos os países capitalistas que desenvolveram mercado de consumo de massas, além de promoverem políticas de Reforma Agrária, privilegiaram a agricultura de base familiar, como estratégia na garantia do abastecimento a custos mais baixos, geração de emprego e de aumento de salário real para os trabalhadores de baixa renda (OLIVEIRA, 2007, p. 130).

Da citação acima, podemos inferir que o acesso à terra e a democratização de seu uso são pilares muito importantes para a temática agrária, bem como para a sociedade brasileira como um todo, e, portanto, devem tornar-se temas do ensino de geografia crítico. Como destacado, “todos” os países que obtiveram êxito no desenvolvimento de seus mercados internos priorizaram a promoção de políticas de Reforma Agrária. Ou seja, a Reforma Agrária não é um tema antitético ao desenvolvimento capitalista, embora seja tratada assim na política brasileira.

A Reforma Agrária é, portanto, “uma política pública que representa tanto o processo de desconcentração fundiária quanto o desenvolvimento das áreas reformadas no conjunto de seu entorno, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil” (FERNANDES, 2013, p. 334). Antes de qualquer coisa, é uma política de “desenvolvimento territorial”, mas também de acesso ao território.

Compartilha-se neste estudo a ideia de que ao trabalhar esses conceitos no currículo de geografia, contribuímos para a construção do senso crítico do discente e, portanto, com a formação de cidadãos ativos. Esse fato é corroborado por Harfuch (2015) quando declara:

Acreditamos que esses temas também devem ser contemplados nos currículos da educação formal e nos livros didáticos de Geografia, pois são indispensáveis para que os discentes compreendam o caráter nefasto da lógica rentista que orienta o controle sobre a terra, já que é um dos fatores que impede a Reforma Agrária, ao mesmo tempo que favorece a apropriação alheia dos resultados do trabalho dos camponeses (HARFUCH 2015, p. 103).

Prado Júnior (1981), um dos teóricos precursores que defendiam a relação entre o desenvolvimento pleno da sociedade brasileira por meio do processo de Reforma Agrária, vem somar muito apropriadamente ao declarar que:

[A questão agrária] se resume nisto que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e obrigada nela a exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Vê-se assim forçada a exercer sua atividade em proveito dos empreendimentos agromercantis de iniciativa daquela minoria privilegiada que detém o monopólio virtual da terra (PRADO JR, 1981, p. 32).

A citação acima relaciona a questão agrária a elementos que envolvem a população rural, emprego, renda e dependência. Demonstra ainda que a falta de uma política pública consistente reforça padrões tradicionais de produção e exclusão. Além disso, podemos inferir da citação outras conclusões, como por que um tema tão importante para o desenvolvimento da sociedade brasileira não aparece na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de uma construção ideológica que busca reforçar o privilégio, por meio da invisibilidade da temática, de uma classe que detém o “monopólio da terra”. Não enfrentar este tema é escamoteá-lo ou contribuir para a sua perpetuação histórica – é isso que faz a BNCC.

É preciso considerar, por fim, Paulino(2010) quando aponta que:

[...]surge a necessidade de se resgatar na atualidade o princípio de terra camponesa, principalmente quando se trata de Reforma Agrária, de modo que ela seja sinônimo de terra de vida, trabalho a denunciar a terra de negócio, aquela que precisa se concentrar para especular e explorar o trabalho de outrem. Logo, o princípio que deve nortear a Reforma Agrária no Brasil tem que ser o de justiça social, onde a terra é dividida para melhor atender a Função Social, aqui entendida como uma questão agrária/ambiental/trabalhista e de bem-estar (PAULINO, 2010, p.97).

É perceptível, no trecho acima, o compartilhamento da mesma defesa proposta por este estudo, de que a atual sociedade possui entre suas necessidades mais urgentes o resgate e a construção do conhecimento geográfico ligados aos temas do espaço.

Vesentini (2005) destaca a extrema relevância do aprimoramento do elemento crítico no ambiente educativo, ao abordar as questões que envolvem a prática docente de Geografia. Tal abordagem educacional é justificada pelo fato de que a motivação para a construção de um senso crítico em relação às questões agrárias pode tornar o educando mais responsável e consciente ao lidar com o espaço geográfico em que se insere.

O reconhecimento responsável do seu espaço geográfico equivale a considerá-lo como um universo cuja construção se deu às custas de muitas lutas e conflitos de cunho social, sobretudo, no campo brasileiro.

Trata-se de uma Geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais[...] No ensino ela preocupa-se com o senso crítico do educando e não em “arrolar fatos” para que ele memorize [...] Inspira-se, sobretudo, na compreensão transformadora do real, na percepção política do espaço [...] é a geografia que devemos, geógrafos e professores, construir (VESENTINI, 2005, p. 37).

Caldart (2001, p 209), de forma semelhante, desempenha um papel importante na discussão aqui elaborada ao enfatizar “a importância dos movimentos sociais e a necessidade de explicá-lo como parte de uma matriz pedagógica que se contraponha aos processos de

exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos”..

No que se refere à abordagem dos conteúdos de Geografia Agrária nos livros didáticos, os professores, em sua maioria, estão insatisfeitos com a organização dos conteúdos adotados por esses materiais (TAVARES, 2015, p. 7). Essa teoria vem compartilhar com a ideia defendida pelo presente estudo de que a ausência ou a pouca frequência de elementos relativos às questões agrárias no livro didático de geografia tende a empobrecer e tornar ineficiente a prática docente de geografia na sistemática de sala de aula.

Por conseguinte, ressalta-se que o livro didático é um recurso igualmente imprescindível para a prática docente de Geografia. Seu potencial reside em fomentar e despertar no educando o desejo de intervir no meio social em que se encontra, com consequências que podem se estender a todas as esferas da humanidade, uma vez que cada cidadão do mundo tem seu espaço geográfico específico para cuidar e responsabilizar-se.

É preciso lembrar que os livros didáticos são resultados das reformas educacionais recentes, cujo conteúdo estão profundamente afetados pelo neoliberalismo e neoconservadorismo. Com isso, apesar de “[...] o livro didático do ponto de vista crítico precisa dar conta de discussões sociais, trabalhar os conteúdos geográficos de maneira crítica e cidadã”; há elementos políticos e ideológicos que impedem tal projeto (COSTA; TEIXEIRA; SANTOS, 2013, p. 10). Isso não quer dizer que os livros perderam a importância, mas tão somente que cabe ao professor redobrar a atenção ao abordar tais temas, pois é preciso propiciar a conscientização da complexidade do mundo e da sociedade capitalista, bem como, as contradições que grassam tal sociedade. de modo que propicie a conscientização do aluno da complexidade da sociedade capitalista que ele está inserido e da urgente necessidade de sua transformação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar como os livros didáticos utilizados no sistema educacional brasileiro abordam a temática agrária e como essa abordagem contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos em relação às questões ligadas ao campo. Para cumprir esses objetivos, foram selecionadas duas coleções de livros didáticos destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental: “Expedições Geográficas” e “Teláris Geografia”. O foco da análise foi compreender como essas coleções abordam a questão agrária e como elas auxiliam na construção do conhecimento e senso crítico dos alunos sobre questões agrárias e rurais.

Inicialmente, a análise se concentrou em: (i) examinar como o tema da questão agrária é tratado nas coleções “Expedições Geográficas” e “Teláris Geografia”; (ii) discutir os temas e abordagens teóricas pelos quais os livros didáticos abordam a questão agrária; (iii) investigar se os conteúdos relacionados à questão agrária contribuem para uma compreensão mais ampla sobre a Reforma Agrária brasileira e outros problemas rurais, bem como se estimulam uma abordagem crítica.

Após a investigação e análise, ficou evidente que os livros didáticos utilizados no sistema educacional brasileiro, conforme as amostras utilizadas neste estudo, carecem de uma abordagem mais aprofundada das questões relacionadas ao setor agrário. Como eles não têm cumprido adequadamente o papel de promover um pensamento crítico e uma visão abrangente do universo agrário entre os estudantes.

É possível considerar que a falha em cultivar o pensamento crítico em relação às questões agrárias representa um problema no âmbito educacional, indo de encontro às leis que regem a Educação no Brasil. Essa falta pode ser atribuída a uma possível influência ideológica que se interpõe entre a promoção do conhecimento e o sucesso acadêmico em geral.

Referências

ABRANTES, V.; LEITE, F. As **expedições geográficas do IBGE**: um retrato do Brasil (1941-1968). Rio de Janeiro: IBGE, Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2018.

ADAS, M.; ADAS, S. Expedições Geográficas: manual do professor. – 3. ed. - São Paulo: Moderna, 2018.

ADAS, S. Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2548084476473987>>. Acesso em: 07 de maio de 2023.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. *In:_____*. Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula, v. 3, p. 67-100, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4225970/mod_resource/content/1/Estrat%C3%A9gias%20de%20ensinagem.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BARBOSA, M.E.S.; ALBUQUERQUE, L. B. O ensino de Geografia e a organização dos tempos e espaços escolares. *In: Encontro Nacional de Práticas de Ensino de Geografia. Formação, Pesquisa e Práticas Docentes: reformas curriculares em questão*, 2013, 12. João Pessoa, PB. **Anais ...** João Pessoa, PB, 2013.

BORGATTO, A. M. T.; BERTIN, T. C. H.; MARCHEZI, V. L. de C. **Projeto Teláris: português: ensino fundamental**. 2 ed. – São Paulo: Ática, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência de Notícias IBGE**. Com aumento da mecanização agropecuária perde 1,5 milhão de trabalhadores. Rio de Janeiro: IBGE: 2019a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25791-com-aumento-da-mecanizacao-agropecuaria-perde-1-5-milhao-detrabalhadores>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, São Paulo v.15, n .43, SET./DEZ. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In: CASTROGIOVANNI, A. (Org). Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, G. B.; TEIXEIRA, J. P.; SANTOS, N. C. Uma análise da Geografia agrária no livro didático Geografia. **Anais...** Simpósio Baiano de Geografia Agrária e Semana de Geografia da UESB, v. 1, n. 1, 2013.

FERNANDES, B.M. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: Unesp, 2013.

FERNANDES, B.M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

HARFUCH, M. A. C. A questão agrária no chão da escola: representações, abordagens e apreensões. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Londrina, 2015.

OLIVEIRA, L. B. EVANGELISTA, A. M. A aula de Geografia no ensino médio: do legado da tradição às possibilidades de renovação. **Revista Brasileira de Educação em Geografia** Campinas, v. 7, n. 14, p. 141-160, jul./dez., 2017. Disponível em: <<http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/401/264>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, J. B. A. e. **Programa Alfa e Beta: ABC do Alfabetizador**: 7ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLY, T.I.; CACETE, N.H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007. p.21.

POZO, Juan Ignacio. **Teorias cognitivas del aprendizaje**. 3 ed. Madrid: Morata, 1994.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, L.R.S.; LOBATO, K.L.R. Concepções e abordagens do ensino da Geografia: a importância do saber cartográfico nos anos iniciais da Educação Básica. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 11, n. 21, p. 05-27, jan./dez., 2021.

SOARES, J. C. de M. Relatório do presidente do IBGE-Conselho Nacional de Geografia: referente ao exercício de 1943. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 5, n. 49, pp. 75-88. 1947.

STRAFORINI, R. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. 2001. 155 f. Tese (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: SP, 2001.

TAVARES, F. G. O. O ensino de Geografia Agrária na Escola Pública: currículo e sala de aula. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

VESENTINI, J.W.; VLACH, V. **Teláris Geografia**. São Paulo: Ática, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Tradução de José Cipolla Neto; Luis Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. S. Paulo: Martins Fontes, 1994.